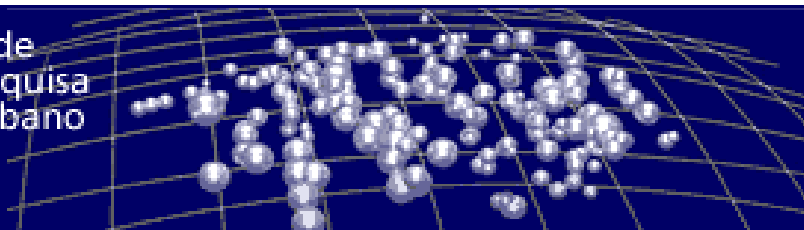




associação nacional de  
pós-graduação e pesquisa  
em planejamento urbano  
e regional



novembro de 2006

boletim da anpur n. 7

## EDITORIAL

Está em curso no Brasil a construção de um sistema nacional de planejamento urbano e de planejamento territorial que merece toda a atenção de nossa área. No presente momento, três fatos merecem destaque. Por um lado, continua em pauta o processo de discussão sobre a elaboração de uma política nacional de ordenamento territorial – de cuja inexistência tanto o país se ressentir –, que deve eleger diretrizes e prioridades para o desenvolvimento e o enfrentamento das desigualdades regionais. Por outro lado, vencido o prazo estabelecido pelo Estatuto da Cidade para elaboração de planos diretores para os municípios com mais de 20 mil habitantes, balanços primeiros já podem ser encaminhados, assim como são desejáveis análises mais profundas de toda essa experiência que mobilizou mais de 1600 municípios em todo o território nacional. Por fim, o início efetivo de operação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social definiu regras de funcionamento para o setor nos próximos anos. Todos esses temas compõem este número do boletim da **ANPUR**.

A concretização do segundo edital do Ministério das Cidades, dedicado à extensão universitária na área do desenvolvimento urbano, carreando recursos da ordem de R\$ 1.500.000,00, é também significativa em termos da construção crítica de vínculos efetivos entre formação, pesquisa e proposição de políticas.

Vale ressaltar ainda o lançamento do novo número da **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, que dá assim continuidade à linha editorial da **ANPUR**, contribuindo para a socialização das reflexões e o debate da área.

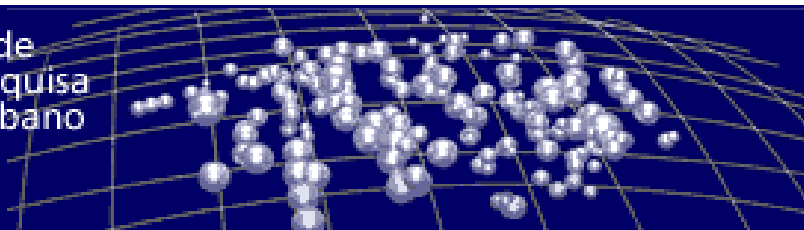
## NOVO NÚMERO DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Encontra-se já disponível o volume 7, número 2, da **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**. Seus diferentes artigos, através de caminhos e objetos distintos, contribuem para pensar a questão da coesão do corpo social na diversidade das práticas dos atores envolvidos na produção do espaço.

Em seu trabalho sobre as relações sociais cotidianas nos espaços segregados, Maria Inês Caetano Ferreira recorre a um estudo de trajetórias para mapear a mobilidade dos moradores de favelas que freqüentam espaços demarcados como destinados ao uso por camadas de média e alta renda. Olimpio Galvão e Betânia Alfonsin discutem as implicações do uso de instrumentos legais do Estatuto da Cidade. Para o primeiro, a aplicação criteriosa da concessão onerosa de adicional de potencial construtivo tenderia a contribuir para a correção de distorções geradas no processo de expansão da cidade, propiciando trajetórias de crescimento urbano mais desejáveis do ponto de vista social e urbanístico. Para Betânia Alfonsin, por sua vez, os instrumentos trazidos pelo Estatuto da Cidade, embora necessários, afiguram-se insuficientes para responder aos desafios colocados às cidades brasileiras. Caberia, sugere ela, avançar na busca de políticas habitacionais capazes de acrescentar às ações de regularização fundiária, mecanismos que previnam a produção corrente de assentamentos informais, através da oferta de lotes regulares a preços baixos. O artigo de Arthur Soffiat revê a constituição do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, constituído, segundo ele, como um mito



associação nacional de  
pós-graduação e pesquisa  
em planejamento urbano  
e regional



novembro de 2006

boletim da anpur n. 7

histórico, portador de ações revestidas de caráter cosmogênico, civilizatório e mantenedor da ordem. O autor sustenta que tal caráter mítico foi se desfazendo ao longo do tempo por terem seus agentes institucionais se apegado a uma concepção de natureza que foi sendo crescentemente contestada. Em seu trabalho coletivo, Eduardo M. Ribeiro, Flávia M. Galzoni, Juliana S. Calixto, Thiago de P. Assis e Eduardo B. Ayres e Luiz H. Silvestre sugerem que o conhecimento dos saberes, sistemas produtivos, costumes, normas e ambientes que integram a cultura material e os regimes de domínio das comunidades rurais estudadas no Jequitinhonha é essencial para se planejar um desenvolvimento do lugar que não se afigure excludente com relação à maioria de seus membros. Esta edição da Revista conta também com um balanço da gestão 2003-2005 da ANPUR, que teve a professora Heloisa Soares de Moura Costa como Presidente, e resenhas sobre os livros “Os Arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo”, de Sylvia Ficher e “Brasil Urbano”, organizado por Edésio Fernandes e Márcio M. Valença.

Henri Acselrad  
Editor da **RBEUR** IPPUR/UFRJ

#### **EDITAL MEC-MCIDADES**

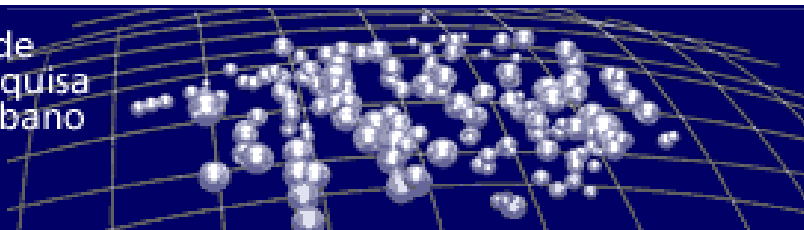
Nos dias 07 e 08 de novembro de 2006, reuniu-se no Ministério da Educação, em Brasília, o comitê de avaliação das propostas submetidas ao edital PROEXT MEC-MCIDADES (01/2006), iniciativa do Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Entre seus objetivos, o Programa inclui o apoio às instituições federais de ensino superior para o “desenvolvimento de projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento da gestão municipal urbana, comprometidos com a capacitação de quadros técnicos das administrações públicas e de agentes sociais para a gestão planejada e participativa”, conforme os termos do próprio edital.

A **ANPUR**, que desde o primeiro semestre de 2005 aderiu à idéia e vem discutindo junto ao Ministério das Cidades os termos e as condições para uma política nacional de pesquisa em desenvolvimento urbano, saudou a iniciativa, que se soma àquela de dezembro de 2005, quando foi lançado o edital para apoio aos planos diretores, num trabalho conjunto entre MCidades e CNPq. Além disso, ressaltou a necessidade de ampliar perspectivas desse teor, criando condições efetivas de desenvolvimento de programas de pesquisa e de extensão em desenvolvimento urbano voltados para o setor público. Convidada para compor o comitê de avaliação das propostas apresentadas, a **ANPUR** foi representada pelos professores Ana Fernandes e Nabil Bonduki, ao lado de representantes de universidades, dos dois ministérios envolvidos e da FUNASA.

Cerca de 50 propostas concorreram ao edital, sendo 34 delas selecionadas para apoio, oriundas de 19 estados da Federação, o que demonstra a grande capilaridade e vitalidade da questão urbana em todo o território nacional.

Os projetos selecionados podem ser conferidos no *site* do Ministério das Cidades (<http://www.cidades.gov.br//index.php?option=content&task=section&id=251>).

Ana Fernandes  
Presidente da **ANPUR** PPGAU/FAUFBa



**SEMINÁRIO  
NACIONAL DE  
ORDENAMENTO  
TERRITORIAL**

**BRASÍLIA  
07e 08/11/2006**

Nos dias 7 e 8 de novembro, foi realizado, em Brasília, o Seminário Nacional de Ordenamento Territorial, com o objetivo de apresentar e debater as referências para definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT, apresentada em um documento síntese. O seminário concluiu essa fase de discussões sobre a temática.

O debate sobre a necessidade de o Governo Federal assumir de forma coordenada ações referentes ao ordenamento do território nacional remonta à década de 1980, tornando-se preceito constitucional em 1988. Em 2004, o Ministério da Integração Nacional, fazendo valer o que determina a Constituição Federal, e em cumprimento às suas atribuições, iniciou os procedimentos para elaborar uma proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial, formando assim os pilares para uma ação coordenada de Estado na ordenação e na promoção do desenvolvimento das regiões brasileiras.

Os seminários, assim como o documento de referência, não apresentam ainda uma política, mas os elementos para sua construção. Visando ampliar essa construção compartilhada, o Ministério da Integração Nacional, além dos debates públicos, disponibiliza no seu *site* ([http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/seminario\\_pnot/forum/index.asp](http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/seminario_pnot/forum/index.asp)) um sistema para recepção das contribuições sobre os marcos dessa política.

O documento base apresenta um diagnóstico, princípios, diretrizes e estratégias como subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Ordenamento do Território. Elaborados a partir de seis estudos temáticos, deles foram extraídas as principais contribuições, ordenadas, sistematizadas e compatibilizadas entre si para compor o diagnóstico.

O seminário observou a seqüência do documento base, iniciando pela apresentação dos marcos balizadores da PNOT, no qual se entende que o conceito de ordenamento territorial é multidimensional, pois envolve várias escalas geográficas de poder e deve regular as ações que têm impacto na distribuição da população e das atividades segundo uma visão estratégica.

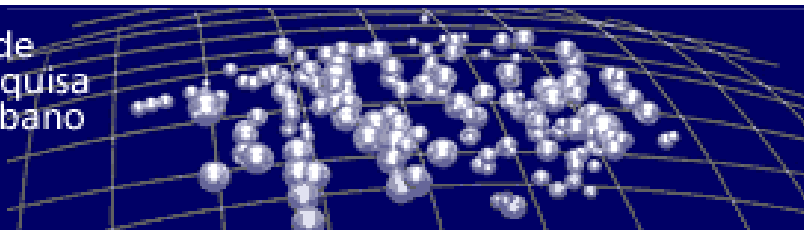
Entende-se que o ordenamento territorial é um conceito em construção, considerando o recente resgate do papel dos Estados e sua relação ainda pouco clara e definida com os respectivos territórios.

Para esse trabalho, a referência adotada foi o da Carta Européia de Ordenação do Território (CEOT/CEMAT, 1983), que define o Ordenamento Territorial como “a expressão espacial da harmonização de políticas econômica, social, cultural e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política pública, concebidas com enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço, segundo uma diretriz”.

Em que pesem as várias abordagens e conceitos, ressaltam dois elementos válidos para o Brasil:

- articulação da organização física do espaço com o desenvolvimento regional, sobretudo para evitar o risco de acentuação das desigualdades;
- articulação/harmonização institucional das políticas públicas e das instâncias decisórias.

Na acepção proposta, está a idéia de organizar a ocupação, uso e transformação do território com o objetivo de atender às demandas econômicas, sociais e ambientais.

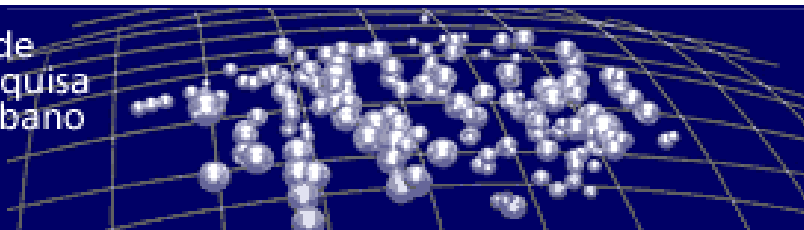


Definida a abordagem conceitual adotada, foram apresentados os principais tópicos do diagnóstico, extraído dos seis estudos temáticos, ressaltando-se:

- dificuldade de articulação entre as políticas setoriais com impacto territorial;
- forte concentração espacial das atividades econômicas ao longo do litoral, nas áreas metropolitanas e nas regiões Sudeste e Sul;
- oposição e disparidade entre a logística das grandes empresas e da produção familiar;
- malha de transportes relativamente densa nas regiões na faixa litorânea, em proporção maior que a participação dessas regiões na produção de produtos agrícolas e industriais;
- baixa exploração da navegação hidroviária no território nacional;
- distribuição desigual da infra-estrutura de armazenagem no território nacional, reduzindo a competitividade de diversos produtos;
- permanência do litoral como o eixo principal do País, onde todas as redes de informação a longa distância se concentram;
- discrepância espacial crescente entre regiões produtoras e consumidoras de energia de origem hidrelétrica, implicando em extensas linhas de transmissão;
- esgotamento das possibilidades de ampliação da geração de energia de origem hidrelétrica nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, existindo grande potencial nas regiões Norte e Centro-Oeste;
- grandes vantagens comparativas na matriz energética e no potencial hídrico brasileiro;
- insuficiência de infra-estrutura de logística orientada para a integração continental;
- modelo de uso e ocupação do território brasileiro ambientalmente insustentável, verificando-se ameaças ao desmatamento da Amazônia, poluição do Pantanal, desertificação do Nordeste interior, entre outras;
- forte concentração populacional nas regiões litorâneas;
- fortes contrastes socioeconômicos entre as regiões Sul-Sudeste e Norte-Nordeste;
- assimetria na distribuição de funções urbanas entre as redes de cidades do Sul-Sudeste e Norte-Nordeste.

Finalizando, foram apresentadas diretrizes e estratégias como subsídios para a formulação da PNOT, norteadas pelos princípios elencados a seguir:

- soberania nacional e integridade territorial;
- inclusão social e cidadania;
- reconhecimento da diversidade sócio-cultural;
- reconhecimento da diversidade ambiental e proteção do meio ambiente;
- incorporação da dimensão territorial e suas especificidades na formulação das políticas



públicas setoriais;

- uso e ocupação racional e sustentável do território.

Um dos grandes desafios dessa política é integrar e harmonizar as políticas, planos e vários instrumentos institucionais existentes em torno de grandes estratégias. Nessa perspectiva, a abordagem territorial oferece a possibilidade de integrar as visões setoriais e escalas de ação.

Além da possibilidade de discutir e repropor os elementos colocados no documento base, algumas questões ficam para o debate e construção da Política de Ordenamento Territorial:

- que tipo de arranjo inter-institucional deve ser criado? Uma coordenação, uma câmara, um conselho ou um sistema?
- Que ministérios / entidades devem compor esta “organização”?
- Deve haver um (ou mais de um) organismo coordenador? Será uma agência, uma autarquia ou uma secretaria de um ministério?

Ilce Maria Carvalho  
Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

#### **REUNIÃO CONSELHO GESTOR DO FNHIS**

A segunda reunião do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, realizada em 10 de novembro, aprovou o Inaçoamento do edital de 2007 para a contratação de projetos com recursos do Fundo. Os municípios e Estados poderão solicitar recursos em três áreas distintas:

- projetos dirigidos à urbanização de assentamentos precários;
- projetos de produção de unidades habitacionais e reabilitação de moradias em áreas consolidadas;
- planos de habitação de interesse social em nível local.

Particular interesse merece o item referente aos Planos de Habitação. Os municípios com mais de 20 mil habitantes devem, até dezembro de 2007, ter construído esses planos, para poderem se candidatar a obter os recursos do FNHIS a partir de 2008. Isso significa que cerca de 1.700 municípios devem elaborar, com metodologia participativa, seus planos de habitação, aspecto que deverá contribuir para a articulação entre a política habitacional e o planejamento urbano.

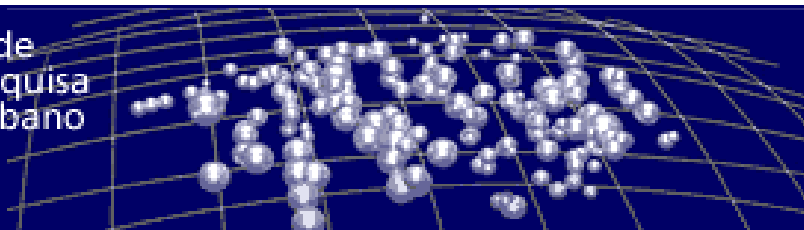
Nabil Bonduki  
Diretor da **ANPUR** FAU/USP

#### **CAMPANHA DOS PLANOS DIRETORES**

#### **PRIMEIROS RESULTADOS**

De acordo com o resultado da consulta realizada pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos, na primeira quinzena de outubro, cerca de 68% dos municípios, com obrigatoriedade de elaboração do Plano até 10 de outubro de 2006 [de um total de 1683], já haviam encaminhado seus Projetos de Lei para tramitação e aprovação nas Câmaras de Vereadores.

É um resultado muito positivo, reflexo do esforço comum encetado pelos municípios, estados,



governo federal, entidades técnicas, profissionais, acadêmicas e movimentos populares para atender ao comando estabelecido no Estatuto da Cidade.

Os dados apurados até o momento são:

- 1130 (67,2%) Planos Diretores estão aprovados ou em tramitação nas Câmaras de Vereadores;
- 196 (11,6%) estão em etapas finais de elaboração, devendo ser entregues às Câmaras até o dia 30/11/06;
- 297 (17,6%) estão em outras etapas de elaboração;
- 60 apenas (3,6%) não foram iniciados.

A pesquisa foi realizada por consulta telefônica, em duas etapas: primeiro às Câmaras, para saber se o plano havia chegado e se havia sido aprovado. Caso a resposta fosse negativa, fez-se consulta às prefeituras.

Secretaria Nacional de Programas Urbanos - Ministério das Cidades  
(notícia transcrita do *site* do Ministério)

#### SÃO PAULO EM TESES

O Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap) e o Urbandata-Brasil/Iuperj colocam à disposição o banco "São Paulo em Teses". Nele, estão disponíveis 2001 títulos, entre dissertações de mestrado, teses de doutorado, teses de livre docência e de provimento de cátedra nas áreas de Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Arquitetura, Geografia, Planejamento, História, Economia, Direito, Medicina Social e Saúde Pública, Engenharias, Psicologia e Comunicação.

Os registros correspondem a todos os trabalhos que a equipe pôde identificar, através de ampla pesquisa, produzidos entre 1940 e 2004 sobre o Estado de São Paulo. Assim, o banco possibilita aos interessados encontrar dissertações cadastradas em cerca de 32 catálogos, 28 bases de dados *on-line*, dentre as quais CAPES, IBICT e Dedalus/USP.

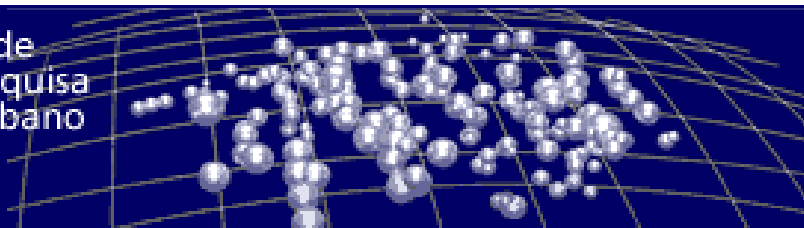
O Banco São Paulo em Teses está disponível no *site* do CEM ([www.centrodametropole.org.br](http://www.centrodametropole.org.br)).

#### ESTÁGIO DE PÓS-DOUTORADO

Até 30 de dezembro, o Centro de Estudos da Metrópole (CEM), ligado ao Cebrap, recebe propostas de pesquisadores com Doutorado recém-concluído, interessados em atuar como pós-doutorandos no projeto 2006/08. A seleção tem duas etapas e leva em conta o *currículum* do candidato e sua proposta de pesquisa, além de entrevista pessoal. A divulgação dos resultados está prevista para fevereiro de 2007. Para maiores informações, entrar em contato com Mariza Nunes, pelo endereço [centrodametropole@cebrap.org.br](mailto:centrodametropole@cebrap.org.br). O edital de convocação e o projeto de pesquisa do CEM para o período 2006/08 estão disponíveis no *site* [www.centrodametropole.org.br](http://www.centrodametropole.org.br).



associação nacional de  
pós-graduação e pesquisa  
em planejamento urbano  
e regional



novembro de 2006

boletim da anpur n. 7

Caso não deseje receber o Boletim da ANPUR , responda a este e-mail colocando como assunto "suspensão de recebimento".

Contribuições devem ser encaminhadas para [anpur@ufba.br](mailto:anpur@ufba.br)

#### ANPUR

Presidente:	<a href="#">Ana Fernandes (UFBA)</a>		
Secretaria Executiva:	<a href="#">Tânia Fischer (UFBA)</a>		
Secretaria Adjunta:	<a href="#">Marco Aurélio A. de F. Gomes (UFBA)</a>		
Diretores:	<a href="#">Edna Maria Ramos de Castro (UFPA)</a>	<a href="#">Lilian Fessler Vaz (UFRJ)</a>	<a href="#">Nabil Georges Bonduki (USP)</a>
Conselho Fiscal:	<a href="#">Frederico Rosas B. de Holanda (UnB)</a>	<a href="#">Leila Christina Duarte Dias (UFSC)</a>	<a href="#">Rodrigo Ferreira Simões (UFMG)</a>
Projeto Gráfico:	<a href="#">Xico Costa (UFBA)</a>		
Editoria:	<a href="#">Ana Fernandes (UFBA)</a>		

Faculdade de Arquitetura -UFBA  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Rua Caetano Moura, 121 Federação  
40210-350 Salvador BA Brasil  
Tel: 55 – 71-3247-3511 ramal 233 /Fax: 55 - 71-3247-3511 ramal 206

[www.anpur.org.br](http://www.anpur.org.br)  
[anpur@ufba.br](mailto:anpur@ufba.br)